

RELAÇÃO ENTRE POBREZA E EVASÃO ESCOLAR: UM APORTE TEÓRICO

Sandra da Rosa¹
Marcus Quintanilha da Silva²

RESUMO

Este artigo tem a finalidade de desenvolver uma reflexão sobre a relação entre pobreza e evasão escolar, particularizando o caso dos jovens estudantes de Ensino Médio. Baseada em uma revisão de literatura, a discussão proposta abordou a escassez de oportunidades educacionais a partir da pobreza, extrema pobreza e desigualdade social, o que faz com que, particularmente, a juventude brasileira não frequente a escola adequadamente, resultando em um cenário de evasão escolar, principalmente no Ensino Médio. Os resultados desta pesquisa revelaram que há necessidades de melhorias na educação como um todo, desde o acesso, à permanência e à qualidade, mas que esta só será efetivada quando houver um enfrentamento real da desigualdade social, que tantas vezes é traduzida nas condições de pobreza. A escola é uma das principais ferramentas de inclusão e redução das desigualdades sociais, mas não se resolve o problema estrutural da pobreza somente com políticas educacionais, necessitando-se de políticas sociais que a auxiliem na sua função afim.

Palavras-chave: Pobreza. Evasão Escolar. Educação.

¹Graduada em Pedagogia na faculdade UNINA. **E-mail:** sandri.rosa@gmail.com

²Professor do Magistério Superior – Faculdade UNINA. **E-mail:** marcus@unina.edu.br

ABSTRACT

This article has the finality to point to reflect about the relationship between the effects between poverty and scholar drop out, particularizing the case of young high school students. Based on a literature review, the proposed discussion involved the scarcity of educational opportunities from poverty, poverty extreme and social inequality, causing, particularly Brazilian youth, to not attend school properly and, with reflection, resulting in an status of scholar drop out, mainly in high school. The results of this research revealed that there is a need for improvements in education as a whole from access, permanence and quality, but that it will only be effective when there is a real confrontation of social inequality, which is so often translated into conditions of poverty. The school is one of the main tools for inclusion and reduction of social inequalities, but the structural problem of poverty is not solved only with educational policies, requiring social policies that help it in its related function.

Keywords: Poverty. Scholar drop out. Education.

Introdução

O Brasil é caracterizado por um desenvolvimento social e econômico desigual, resultando em uma construção histórica de desigualdades e reverberando em distintos potenciais de investimento em educação e outras políticas sociais, além de condições de oferta de ensino diferenciadas (SILVA, 2017, 2019). Nesse viés, os conceitos de diferença e desigualdade são comumente tratados como sinônimos, entretanto, para a delimitação da proposta deste trabalho, é oportuno fazer a distinção entre eles. Enquanto o primeiro compreende que a característica do ser humano é ser diferente dos outros, a desigualdade é precedida de um contexto em que a diferença, seja por raça, cor, credo, classe social ou outras estratificações da sociedade, resulta em uma desvantagem na busca por igualdade de condições, de acesso e permanência a um bem público, como é o caso da educação. (DUBET, 2014). A pobreza é uma desvantagem e, portanto, característica dominante da desigualdade.

Considerando os pressupostos iniciais, este estudo teve como objetivo refletir sobre as relações entre a pobreza e a evasão escolar de adolescentes e jovens do Ensino Médio, particularizando os que vivem em situação de desigualdade social, e suas implicações no âmbito escolar. Optou-se por analisar esse público especialmente por ser o perfil de jovens que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar Contínua – PNAD –, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE–, publicada em 2019, apresenta maior evasão escolar e menor taxa de matrícula líquida.

Em termos de metodologia de pesquisa, este trabalho é classificado como uma revisão de literatura, entendida como um processo de seleção, análise e descrição de um corpo de conhecimentos em busca de respostas a um objetivo. Essa postura metodológica, entendida como uma revisão crítica, caracteriza-se ao mesmo tempo como uma revisão passiva (síntese de estudos sobre um tema) e opinativa (evidencia a existência de um assunto). Para Mancini e Sampaio (2006, p. 1), estudos dessa natureza se pautam em ações nas quais “os autores resumem, analisam e sintetizam as informações disponibilizadas na literatura, mas não seguem necessariamente uma metodologia pré-definida”.

Nesse sentido, não há necessidade de esgotamento das fontes de informação nem a busca de estratégias sofisticadas, como em um trabalho que objetiva situar o Estado da Arte, por exemplo, sendo adequada para estudos como trabalhos de conclusão de curso e fundamentação teórica para artigos. Procurou-se, através de trabalhos de política educacional e reflexões sobre a pobreza, entender as relações entre o que se apresenta como condições de vida da população e o quanto isso pode interferir no processo de ensino-aprendizagem, particularmente dos estudantes que se encontram em situação de pobreza.

Este trabalho é constituído desta introdução e de uma discussão conceitual, contextualizada com informações sobre a pobreza e a extrema pobreza como fatores de influência na trajetória escolar, principalmente na evasão dos jovens brasileiros do sistema educacional, complementado por breves considerações finais.

Pobreza e extrema pobreza: implicações na trajetória escolar da juventude brasileira

No sentido etimológico, a palavra pobreza, de origem latina, remete à falta daquilo que é necessário à vida (COSTA, 2008). Quando se fala em pobreza, é comum relacionar fome e falta de recursos financeiros. Entretanto, essas palavras, se isoladas, não definem pobreza. A definição do termo necessita do contexto de uma sociedade, isto é, está relacionada a recursos materiais, desenvolvimento social e produtivo e a políticas públicas.

Assim sendo, a pobreza não se define de uma forma única e universal. No entanto, pode-se afirmar que se atribui a situações de carência em que o ser humano não consegue sustentar um padrão de vida minimamente condizente com as referências estabelecidas pela sociedade em cada contexto histórico. Para Abranches (1987, p. 16), “ser pobre significa, em termos muito simples, consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte; não poder cuidar senão da mínima persistência física, material”.

Ao considerar a pobreza como categoria social e historicamente determinada, esta condição implica manifestações de outras condicionantes humanas: cultural, política, econômica e subjetiva. E essas implicações se apresentam, de modo geral, tanto em uma dada classe social, a que vive do trabalho ou à procura dele, ou excluída do mercado de trabalho. Segundo Telles (2001, p. 51), “no horizonte da cidadania, a questão social se redefine e o ‘pobre’, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são duas categorias antinômicas”. De acordo com a autora, entende-se, portanto, que o limite da pobreza não dá condições de exercer de fato a cidadania, situando o sujeito numa condição de negação de uma série de direitos.

Telles (2001) identifica a pobreza, no caso brasileiro, como um reflexo que é traduzido em indicadores sociais de desigualdade social, como mortalidade infantil e analfabetismo, mas também como uma condição, que é, em grande parte da nossa história, não tratada de modo crítico, mas uma eterna desconversa e atribuição de responsabilidades individuais pelo “pobre ser pobre”. Para a autora, erradicar a pobreza tem como pressuposto a diminuição da desigual-

dade, ou seja, a criticidade aqui deveria ter como centro da discussão e das ações públicas a busca de parâmetros de uma sociedade mais justa, tanto em termos econômicos como culturais, sociais, éticos e políticos.

No que tange à conceituação, por um lado, Telles (2001) entende que a pobreza e sua superação envolvem aspectos biológicos (condições mínimas de dignidade material), psicológicos (possibilidade de estabelecer um canal de voz e cidadania para o sujeito na condição de pobreza), e de normas sociais (olhar crítico para as heranças sociais e o entendimento da necessidade de seguridade social para esses sujeitos). Enfrentar essas três vertentes da pobreza aqui apresentadas dialoga com Eduardo Galeano quando afirma que “vivemos em um mundo que oferece a todos um banquete, mas impede que muitos dele participem; um mundo que nos torna desiguais; iguais quanto às ideias e costumes que impõe e desiguais quanto às oportunidades que oferece” (GALEANO, 2000, *apud* COSTA, 2008, p. 89).

A extremidade da pobreza, denominada de extrema pobreza, atingia 13,5 milhões de pessoas no Brasil (IBGE, 2019). Entende-se por extrema pobreza as condições de famílias que não possuem acesso aos mais básicos meios de subsistência: pessoas com renda abaixo da linha de pobreza, cuja moradia não dispõe de água canalizada, não possui sanitário e nem luz elétrica; sobrevivem em estado de privação de elementos básicos (COSTA, 2008).

No caso brasileiro, os dados do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2019, revelam que o Brasil ocupa a sétima posição entre os países mais desiguais do mundo, resultando em uma série de exclusões, desde a questão econômica, política e social. Além disso, é o segundo colocado no que tange à concentração de renda, com 1% da população acumulando 28,3% da renda total do país. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2018, foi identificado que no país mais de 13 milhões de pessoas ainda vivem com menos de R\$ 8 por dia, passam fome ou convivem com a miséria; há municípios com índice de desenvolvimento piores do que de alguns países da África.

Nesse panorama, questões que dignificam a pessoa humana, como o acesso a bens elementares — saneamento básico, energia, educação, saúde e

moradia — são comumente negados. Frequentemente são famílias com crianças em idade escolar, das quais uma parcela é retirada do sistema educacional, apesar da obrigatoriedade, para exercer uma atividade mal remunerada, mas que vai auxiliar na busca de alimento para seus familiares.

Pobreza e escola estão intimamente relacionados. Segundo Brito, Arruda e Contreras (2015, p. 18671), “as condições sociais interferem na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se traduzem, de forma geral, em desigualdades escolares e vice-versa”. O argumento dos autores é de que a pobreza interfere na aprendizagem, porém esse não é o único agente responsável, pois os problemas são bem mais relevantes e atuam direta e indiretamente na educação. A educação se dá em diversos espaços e a escola é o lugar ao qual o sujeito pobre tem mais acesso, e, na maioria das vezes, é a única forma de educação que lhe cabe. O fato é que a escola deve encarar a pobreza como uma realidade que faz parte da maioria da população, e que o sistema educacional não deve medir esforços no sentido de tornar a aprendizagem possível e satisfatória às reais necessidades dos alunos.

A educação “não é uma panaceia para a pobreza” (CONNELL, 1995, p. 12). Entretanto, conforme Brito, Arruda e Contreras (2015), pode favorecer a formação de pessoas mais críticas, conscientes e aptas a enxergar reais possibilidades de transformação de suas realidades. Ao longo dos anos, a educação alcançou alguns números positivos: o índice de analfabetismo, evasão e reprovação diminuíram, contudo políticas foram empregadas visando ao desenvolvimento educacional, que acentuam essa separação excludente, na qual escolas oferecem uma educação de menor qualidade para os pobres, assim permitindo que a elite tenha acesso a uma educação de excelência.

Mesmo com a responsabilidade do Estado brasileiro de oferta educacional, prevista nas principais normativas nacionais (BRASIL, 1988, 1996), Iosif (2007) analisa que o tratamento dado à educação dos pobres no Brasil deixou um legado que pode ser verificado até hoje nos baixos índices de aprendizagem do país, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, regiões mais pobres, e nas periferias dos grandes centros urbanos. Pode ser constatado também nas desigualdades educacionais e sociais entre ricos e pobres, brancos, negros e ín-

dios.

Na concepção de Losif (2007), o descaso em relação ao cuidado e preocupação com a educação dos brasileiros, principalmente daqueles historicamente marginalizados, colaborou para que as desigualdades sociais avançassem no país e para a continuidade da pobreza daqueles que têm sido mantidos à margem dos direitos sociais, principalmente do direito a uma educação de qualidade.

No caso dos adolescentes e jovens brasileiros, vários fatores os direcionam à evasão escolar. Esses fatores, na maioria das vezes, são socioculturais e econômicos e podem estar ligadas à oferta educacional, envolvendo também questões políticas, financeiras e técnicas. Segundo o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de 2017, as dificuldades socioculturais são relacionadas a questões raciais, preconceito, violência, bullying, homofobia e transfobia, violência e gravidez na adolescência, entre outros motivos. Já os fatores econômicos dizem respeito à pobreza, que gera o trabalho infantil, o abuso e a exploração sexual, bem como outras privações de direitos. Além desses fatores, acrescentam-se à lista questões relacionadas à oferta educacional, pois são apresentados aos alunos conteúdos distantes da realidade em que vivem, número abaixo do necessário de escolas, difícil acesso a estudantes com deficiência, falta ou condições precárias de transporte escolar. Ademais, impasses políticos, financeiros e técnicos lidam com a escassez de recursos destinados à educação pública.

A pobreza material/econômica é a consequência da pobreza política e humana. Consoante Ferreira (2018, p. 31), ela seria uma das mais cruciais causas da evasão escolar, pois “o aluno que convive com a pobreza material em seu cotidiano não vê na escola uma solução imediata para saciar a sua fome física, o seu prato vazio. Não vê outro caminho a não ser evadir para conseguir alguns trocados em trabalhos não qualificados para saciar sua fome e de sua família”.

Ou seja, as reflexões ora propostas indicam que a pobreza e, especialmente a extrema pobreza, são fatores de influência direta na trajetória escolar que não podem ser ignorados. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de

Domicílios (PNAD), desenvolvida pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, 2.802.258 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estavam fora da escola. A exclusão escolar atinge principalmente meninos e meninas oriundos das camadas mais vulneráveis da população, já privados de outros direitos constitucionais. Desses alunos que estão fora da escola, 53% vivem em domicílios com renda abaixo de um salário mínimo.

No caso dos jovens brasileiros, essa evasão fica mais clara, seja em volume de casos ou nas taxas de matrícula nas etapas da educação básica. De acordo com o observatório do Plano Nacional de Educação, a taxa de matrícula líquida, ou seja, as pessoas matriculadas na etapa da educação básica na idade regular, são muito diferentes ao comparar etapas. Apenas considerando o Ensino Fundamental e o Médio, por exemplo, no ano de 2018, o percentual de crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculados na primeira etapa mencionada era de 98,2%, enquanto, na faixa etária de 15 a 17 anos, essa medida estava em 62,7%.

De acordo com o PNAD (2015), dos 2,8 milhões de meninos e meninas que estão afastados da escola, 1,59 milhão (57%) estão na faixa etária de 15 a 17 anos e inúmeros deles não concluíram o Ensino Fundamental. Há uma relação regional, na medida em que, segundo o próprio relatório, proporcionalmente é na região Nordeste o maior índice de evasão (16,9%), seguido do Centro-Oeste (15,6%), Sul (15,4%), Norte (15,2%) e Sudeste (13,1%). Apesar das diferenças, em todas as regiões, a evasão de jovens na faixa etária supracitada é significativa.

Em termos históricos, a partir de 2008, a medição do PNAD apontou aproximadamente 1,6 milhões de estudantes de 15 a 17 anos fora da sala de aula. Em 2017, o Brasil apresentou uma taxa de 19% de distorção idade-série no Ensino Fundamental. Já, no Ensino Médio, esse índice de distorção chega a 27%, isto é, quase 3 em cada 10 alunos dessa etapa de ensino estavam com dois ou mais anos de atraso escolar. Essas informações ilustram um cenário em que há necessidade imediata de enfrentamento dos problemas de pobreza e desigualdade social para que as políticas educacionais possam ser efetivas em seu papel de acesso, permanência e qualidade, rumando para uma educação pública laica e universal de excelência. Não se trata de comodismo do pobre, mas de uma estrutura material que, até o presente momento, não teve continuidade no seu

enfrentamento e superação por parte do poder público.

Considerações finais

O sistema educacional corresponde a um dos mais relevantes recursos de promoção do desenvolvimento com igualdade no Brasil, e a temática sobre evasão escolar há tempos vem sendo debatida e estudada por educadores brasileiros. Nesse sentido, este trabalho teve o intuito de identificar e estabelecer uma relação entre os efeitos da desigualdade social e a evasão escolar, principalmente nos casos dos jovens estudantes do Ensino Médio, trazendo também uma reflexão sobre a pobreza no Brasil.

A partir dos índices apresentados e da literatura aqui apontada, é possível observar que não há apenas uma causa para a evasão escolar, porém, entre elas, a mais impactante seria a relacionada com a condição socioeconômica. O desinteresse dos mais abastados em relação ao cuidado e à falta de responsabilidade com a educação dos jovens brasileiros, principalmente dos que são historicamente marginalizados, sempre colaborou para o aumento das desigualdades sociais e para a perpetuação da pobreza dos indivíduos que já vivem à margem dos direitos sociais, assim colaborando com o aumento da evasão escolar.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. **Os Despossuídos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**. República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11 mar. 2020.

BRITO Maria Helena de Paula. ARRUDA, Neivaely Aparecida de Oliveira. CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. Escola, Pobreza e aprendizagem: reflexões sobre educabi-

lidade.IN: **Anais do XII Congresso Nacional de Educação – Educere**. Curitiba, Pontifícia Universidade Católica, p. 18670-18683, 2015.

CONNELL, R. Pobreza e educação. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11- 42.

COSTA, Fernanda Doz. Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas – um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais. **Sur.Rev. int. direitos humanos**. V. 5, n. 9, São Paulo, p. 88-119, dez./2008.

DUBET, François. **Injustiças: a experiência das desigualdades no trabalho**. Florianópolis: EDUFSC, 2014.

FERREIRA, Christina Balbino de Oliveira. **A evasão escolar do aluno trabalhador do/ no ensino básico: evasão ou exclusão?** 57 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Pedagogia) –Centro de Ciências Humanas da Educação. Departamento de Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Cenário de exclusão escolar no Brasil**. Organização das Nações Unidas, 2017.

GALEANO, Eduardo. **Upside Down: A Primer for the looking-Glass World**. Nova York: Metropolitan Books, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios**: Agência IBGE, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **PNAD continua 2018**: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. Agência IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. Agência IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios**: informativo. Agência IBGE, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - **INEP. Censo escolar, INEP divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica.** Junho 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - **INEP. Nenhum estado atinge a nota do Ideb 2017 no Ensino Médio.** Ideb- Assessoria de Comunicação Social - Set. 2018.

IOSIF, Ranilce Mascarenhas Guimarães. **A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada: implicações para a situação de pobreza e desigualdade no Brasil.** 310 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2007.

MANCINI, Marisa Cotta. SAMPAIO, Rosana Ferreira. Quando o objeto de estudo é a literatura? Estudos de revisão. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 10, n. 4, p. 361-472, out./dez. 2006.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Análise dos indicadores do Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento Humano (2019):** Além do rendimento, além das médias, além do presente: As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Plaza, New York, United States of America, 2019.

SILVA, Marcus Quintanilha da. **Condições de qualidade das redes municipais de Ensino Fundamental no Brasil.** 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, Marcus Quintanilha da. **Remuneração de professores públicos municipais no Brasil:** execução orçamentária, partidos públicos e valorização docen (2008 – 2016). 247 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania.** São Paulo; USP, 2001.